

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.330.248	1.458.804
1.01	Ativo Circulante	107.325	231.082
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.648	171.226
1.01.01.01	Caixas e bancos	1.245	2.274
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	47.403	168.952
1.01.03	Contas a Receber	48.720	49.766
1.01.03.01	Clientes	48.720	49.766
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	1.986	1.858
1.01.03.01.02	Contas a receber partes relacionadas	46.734	47.908
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.859	2.113
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.504	2.618
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.594	5.359
1.01.08.03	Outros	4.594	5.359
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.297	2.062
1.02	Ativo Não Circulante	1.222.923	1.227.722
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	135.281	129.673
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	134.300	126.595
1.02.01.07.01	Despesas antecipadas outorga fixa	109.572	100.219
1.02.01.07.02	Pagtos. antec. relacionados à concessão	24.728	26.376
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	62	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	62	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	919	3.078
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	667	2.640
1.02.01.09.05	Outros créditos	252	438
1.02.03	Imobilizado	63.723	62.311
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.767	54.808
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.956	7.503
1.02.04	Intangível	1.023.919	1.035.738
1.02.04.01	Intangíveis	1.023.919	1.035.738

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.330.248	1.458.804
2.01	Passivo Circulante	531.694	545.014
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.501	9.857
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.132	1.342
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.369	8.515
2.01.02	Fornecedores	19.020	14.680
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.925	14.573
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	95	107
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.054	64.484
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.335	60.506
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.415	50.598
2.01.03.01.02	Outros impostos e contribuições a recolher	3.167	3.393
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições parcelados	6.753	6.515
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.719	3.978
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	3.719	3.978
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	440.072	430.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	159	228
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	159	228
2.01.04.02	Debêntures	439.913	430.086
2.01.05	Outras Obrigações	11.151	7.031
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.168	37
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.168	37
2.01.05.02	Outros	8.983	6.994
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.054	1.147
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.929	5.847
2.01.06	Provisões	9.896	18.648
2.01.06.02	Outras Provisões	9.896	18.648
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	9.896	18.648
2.02	Passivo Não Circulante	489.835	599.142
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	352.548	461.808
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	243	321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	243	321
2.02.01.02	Debêntures	352.305	461.487
2.02.02	Outras Obrigações	55.902	60.619
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	189
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	0	189
2.02.02.02	Outros	55.902	60.430
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	50.197	51.811
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	3.116	5.774
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	865	1.121
2.02.03	Tributos Diferidos	61.126	61.095
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.126	61.095
2.02.04	Provisões	20.259	15.620
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.001	2.253
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.001	2.253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.02	Outras Provisões	17.258	13.367
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	17.258	13.367
2.03	Patrimônio Líquido	308.719	314.648
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	27.973	172.208
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	20	111.255
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	33.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	138.306	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	226.261	441.935	204.501	397.217
3.01.01	Receita bruta de vendas e/ou serviços	245.577	480.750	222.847	433.317
3.01.02	Deduções da receita bruta	-19.316	-38.815	-18.346	-36.100
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-87.573	-156.448	-71.595	-139.340
3.02.01	Custo de Construção	-22.404	-32.091	-8.842	-13.854
3.02.02	Provisão de Manutenção	-3.727	-6.591	-2.843	-5.368
3.02.03	Depreciação e Amortização	-21.425	-40.866	-19.566	-37.411
3.02.04	Custo da Outorga	-13.439	-26.913	-16.114	-31.958
3.02.05	Serviços	-13.270	-23.684	-8.692	-21.914
3.02.06	Custo com Pessoal	-8.576	-17.017	-8.315	-16.475
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.511	-4.401	-1.888	-3.731
3.02.09	Outros	-2.221	-4.885	-5.335	-8.629
3.03	Resultado Bruto	138.688	285.487	132.906	257.877
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.077	-37.850	-16.731	-31.571
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.128	-37.901	-16.803	-31.643
3.04.02.01	Serviços	-6.248	-14.586	-6.567	-12.487
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-4.246	-8.110	-3.907	-7.588
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.841	-8.734	-3.711	-7.284
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-161	-298	-425	-652
3.04.02.05	Outros	-2.632	-6.173	-2.193	-3.632
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	83	83	139	139
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32	-32	-67	-67
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	120.611	247.637	116.175	226.306
3.06	Resultado Financeiro	-19.125	-38.298	-16.098	-33.186
3.06.01	Receitas Financeiras	3.623	8.413	1.409	2.147
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.748	-46.711	-17.507	-35.333
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101.486	209.339	100.077	193.120
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.353	-71.033	-33.692	-65.500

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.08.01	Corrente	-34.934	-71.002	-32.355	-64.636
3.08.02	Diferido	581	-31	-1.337	-864
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.133	138.306	66.385	127.620
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	67.133	138.306	66.385	127.620
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00457	0,00942	0,00452	0,00870
3.99.01.02	PN	0,00503	0,01037	0,00498	0,00957

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	67.133	138.306	66.385	127.620
4.03	Resultado Abrangente do Período	67.133	138.306	66.385	127.620

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	192.319	203.979
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	243.021	215.384
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	138.306	127.620
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31	864
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas relacionadas à Concessão	1.648	1.648
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	48.976	44.999
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado	34	72
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária s/ Debêntures, Financiamentos e Arrendamento Mercantil	44.928	31.560
6.01.01.08	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	1.148	693
6.01.01.09	Constituição (Reversão) da Provisão de Devedores Duvidosos	-99	182
6.01.01.10	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	6.591	5.368
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	1.668	1.986
6.01.01.12	Juros s/ Impostos Parcelados	2.025	1.573
6.01.01.13	Capitalização de Custos de Empréstimos	-2.235	-1.181
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.702	-11.405
6.01.02.01	Contas a Receber	-29	-1.764
6.01.02.02	Partes Relacionadas	1.112	-2.265
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.746	818
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	-9.353	-8.530
6.01.02.05	Outras Despesas Antecipadas	1.114	1.288
6.01.02.06	Outras Contas a Receber	2.924	-116
6.01.02.07	Fornecedores	-5.796	-2.946
6.01.02.08	Partes Relacionadas	1.942	734
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.356	-651
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos de Renda e Contrib. Social	67.116	-1.209
6.01.02.11	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-92.185	0
6.01.02.12	Realização de Provisão de Manutenção	-13.120	-4.126
6.01.02.13	Obrigações com Poder Concedente	-2.751	6.040
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	1.826	1.691
6.01.02.17	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-400	-369
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.232	-16.265
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-7.179	-2.797
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-19.053	-13.468
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-288.665	-137.478
6.03.02	Financiamentos, Arrend. Mercantil e Debêntures (Pagamento de Principal)	-109.877	-66.188
6.03.03	Financiamentos, Arrend. Mercantil e Debêntures (Pagamento de Juros)	-34.553	-31.290
6.03.05	Dividendos Pagos	-144.235	-40.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-122.578	50.236
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	171.226	19.802

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.648	70.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-144.235	0	0	-144.235
5.04.06	Dividendos	0	0	-144.235	0	0	-144.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.306	0	138.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.306	0	138.306
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	27.973	138.306	0	308.719

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.620	0	127.620
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.620	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	57.084	127.620	0	327.109

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	480.750	433.317
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	474.334	427.673
7.01.02	Outras Receitas	6.416	5.644
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.750	-69.156
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32.152	-33.517
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.916	-16.417
7.02.04	Outros	-38.682	-19.222
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-6.591	-5.368
7.02.04.02	Custos de Construção	-32.091	-13.854
7.03	Valor Adicionado Bruto	389.000	364.161
7.04	Retenções	-48.976	-44.999
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.976	-44.999
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	340.024	319.162
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.413	2.147
7.06.02	Receitas Financeiras	8.413	2.147
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	348.437	321.309
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	348.437	321.309
7.08.01	Pessoal	22.687	20.766
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.018	14.600
7.08.01.02	Benefícios	5.273	4.964
7.08.01.03	F.G.T.S.	869	828
7.08.01.04	Outros	527	374
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	113.129	105.076
7.08.02.01	Federais	90.539	83.994
7.08.02.02	Estaduais	162	109
7.08.02.03	Municipais	22.428	20.973
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.315	67.847
7.08.03.01	Juros	46.663	35.164
7.08.03.02	Aluguéis	739	725
7.08.03.03	Outras	26.913	31.958
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	138.306	127.620
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	138.306	127.620

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2014

As informações financeiras e operacionais descritas abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T13.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 203,9 milhões (+4,2%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 67,1 milhões (+1,1%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 125,1 milhões (+4,4%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 150,8 milhões (+5,2%).

Indicadores [R\$ MM]	2ºT14	2ºT13	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	203,9	195,7	4,2%
EBIT Ajustado	125,1	119,8	4,4%
Margem EBIT Ajustada	61,4	61,2	+ 0,2 p.p.
EBITDA Ajustado	150,8	143,3	5,2%
Margem EBITDA Ajustada	74,0	73,2	+ 0,8 p.p.
Lucro Líquido	67,1	66,4	1,1%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹)

Em unid. ²	2ºT14	2ºT13	Var. %
Veículos Equivalentes	31.232.446	29.890.047	4,5%
Veículos Leves (Eq)	17.138.260	16.365.796	4,7%
Veículos Pesados (Eq)	14.094.186	13.524.251	4,2%

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+4,5%)

O Tráfego consolidado do 2T2014 cresceu 4,5% em relação ao 2T2013, influenciado negativamente pelo efeito calendário de -2,3% devido a mobilidade do feriado de Páscoa, que este ano se realizou no mês de abril, e em 2013, no mês de março e pela realização da Copa do Mundo no Brasil que teve início em 12/06/2014 e positivamente pela cobrança de eixo suspenso em veículos comerciais.

Veículos de Passeio (+4,7%)

O 2ºT14 registrou aumento de +4,7% sobre o mesmo período de 2013, com efeito calendário de -0,2%. Destacam-se as viagens de longa distância, principalmente em feriados prolongados de Páscoa e Tiradentes, Corpus Christi e Dia do Trabalhador. Ressaltando o impacto da Copa do Mundo realizada no Brasil, que afeta negativamente o tráfego na comparação ao mesmo período de 2013.

Comentário do Desempenho

Veículos Comerciais (+4,2%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T14 foi +4,2% maior comparada ao 2T13, influenciada negativamente pelo efeito calendário de -4,9%, pela queda na movimentação de exportação/importação do Porto de Santos e pela Copa do Mundo realizada no Brasil e positivamente pela cobrança de eixo suspenso em veículos comerciais.

Reajustes de tarifas de pedágio

Vide contexto operacional

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta [R\$ mil]	2º T14	2º T13	Var.%
Receita de pedágio	219.968	211.089	4,2%
Receitas acessórias	3.205	2.916	9,9%
Resultado bruta operacional	223.173	214.005	4,3%

Receita de Construção

Receita bruta de construção(R\$ mil)	2ºT14	2ºT13	Var%
Total	22.404	8.842	153,4%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas na Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280 foram: Implantação de faixa adicional entre o Km 26 e Km 32 e Marginais 2ª Intervenção Km 13,7 a 24,6. Já na rodovia Raposo Tavares – SP 270 as obras em destaques são Marginais km 92 ao km 106 Pista Leste e Oeste 3ª Int. km92+000 ao km115+500 Pista Leste e Oeste. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 2T14 obteve um crescimento nominal de 4,2% em relação ao 2T13, influenciado pelo efeito calendário de -2,3% devido a mobilidade do feriado de Páscoa, que este ano se realizou em Abril e em 2013 em Março, e pela realização da Copa Do Mundo no Brasil, evento que teve início no dia 12/06/2014.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,78%, aumentaram em 4,2% no 2T14, em relação ao 2T13, reflexo do aumento da receita bruta operacional.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Totais (*)

Custos e Despesas [R\$ mil]	2º T14	2º T13	Var.%
Custo de Construção	22.404	8.842	153,4%
Provisão de Manutenção	3.727	2.843	31,1%
Depreciação e Amortização	25.671	23.473	9,4%
Custos da Outorga	13.439	16.114	-16,6%
Serviços de Terceiros	19.518	15.259	27,9%
Custo com pessoal	13.417	12.026	11,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.672	2.313	15,5%
Outros	4.853	7.528	-35,5%
Custos e Despesas Totais	105.701	88.398	19,6%

O custo total da concessionária aumentou em R\$ 17.303 mil no 2T14, quando comparado ao mesmo período em 2013. Esta alteração é reflexo do Cronograma de Investimentos, cujo aumento no item Custo de Construção impactou em crescimento de R\$ 13.562 mil.

Custo de Construção: Conforme já descrito no item de Receita de Construção, o aumento de 153,4% no 2T14, comparado com o 2T13, é reflexo de desapropriação para continuação da obra de prolongamento do Contorno de São Roque.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 31,1%, em comparação com o 2T13, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pela redução da alíquota incidente sobre a receita de pedágio de 3% em 2013 para 1,5% em 2014, conforme autorizado pelo concedente.

Serviços de Terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 2T14 verificou-se um aumento de R\$ 4.257 mil em relação ao 2T13, justificado pelos gastos em custo direto realizado no período.

Custos com Pessoal: No 2T14, R\$ 1.392 mil maior em relação ao mesmo período de 2013, em função do dissídio ocorrido em abril de 2014.

Outros: Os custos do 2T14 estão menores em 35,2% quando comparado ao 2T13, devido ao ressarcimento de seguro ocorrido no 2T13.

Comentário do Desempenho**EBITDA**

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2º T14	2º T13	Var.%
Lucro Líquido	67,1	66,4	1,1%
(+) IR/CS	34,4	33,7	2,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	19,1	16,1	18,6%
(+) Depreciação e Amortização	25,7	23,5	9,4%
EBITDA (a)	146,3	139,7	4,7%
Margem EBITDA (a)	64,6	68,3	-3,7 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	3,7	2,8	32,1%
EBITDA Ajustado	150,8	143,3	5,2%
Margem EBITDA Ajustada (c)	74,0	73,2	+ 0,7 p.p.

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas (c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	2º T14	2º T13	Var.%
Lucro Líquido	67,1	66,4	1,1%
(+) IR/CS	34,4	33,7	2,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	19,1	16,1	18,6%
EBIT (a)	120,6	116,2	3,8%
Margem EBIT (a)	53,3	56,8	-3,5 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (b)	3,7	2,8	32,1%
EBIT Ajustado	125,1	119,8	4,4%
Margem EBIT Ajustada (c)	61,4	61,2	+ 0,2 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2º T14	2º T13	Var.%
Despesas Financeiras	(22,7)	(17,5)	29,7%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(22,2)	(16,3)	36,2%
Taxas, Comissões e Outros	0,3	(0,2)	-250,0%
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	(0,8)	(1,0)	-20,0%
Receitas Financeiras	3,6	1,4	157,1%
Rendimento sobre aplicações Financ	3,6	1,4	157,1%
Resultado Financeiro	(19,1)	(16,1)	18,6%

O item de Despesas Financeiras no 2T14 está 29,5% superior quando comparado ao 2T13, em razão dos juros incorridos sobre a captação realizada no final de 2013.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2ºT14	2ºT13	Var.%
Total de acidentes	924	884	5%
Total de vítimas	631	584	8%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitorando as rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, aplicação de campanhas educativas e ações de engenharia. No entanto, foi registrado em 2014, aumento no número de acidentes e vítimas, influenciados principalmente pelo aumento do volume de tráfego do 2T14 em relação de 2T13.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Os seguintes projetos socioculturais e esportivos foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste:

- **Estrada para Cidadania:** Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

- **Estrada para Saúde:** Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários, espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Comentário do Desempenho

- **Pintura Solidária:** Oficinas de pintura, voltadas para instituições em geral (APAE, hospitais, creches, abrigos, etc.), tendo como objetivo a inclusão cultural e a ampliação do acesso a cultura, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Ao todo, seis municípios são atendidos, sendo 01 (uma) instituição beneficiada em cada cidade.

- **Fundação Tênis:** Programa educacional esportivo com linha pedagógica na educação olímpica e desenvolve os valores de amizade, respeito e excelência. O projeto é realizado em escolas do município de Santana de Parnaíba.

- **Karatequina:** O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

- **Projeto Sacolona** – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com a Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2014

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rod. Presidente Castello Branco, S/N - KM 24 - sentido capital, lado par, conjunto norte, bairro Jardim Mutinga na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, exceto os divulgados abaixo:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

(ii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Notas Explicativas

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual, e, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela ViaOeste. A ViaOeste interpôs recurso de Agravo de Instrumento em 10 de julho de 2014. Em 14 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo a liminar requerida no Agravo de Instrumento. Em 25 de julho de 2014, a ViaOeste apresentou pedido de reconsideração que, caso não seja acolhido, deverá ser recebido como Agravo Regimental. O recurso encontra-se concluso com o Desembargador Relator.

(iii) Reajustes de tarifas de pedágio

Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

Reajuste de 2014: Em 26 de julho de 2014, o Conselho Diretor da ARTESP, decidiu: (i) autorizar reajuste tarifário a vigorar a partir de 01-07-2014; (ii) aprovar os cálculos unilaterais de desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão apresentados pela Diretoria de Controle Econômico, da Agência, relativo à cobrança de todos os eixos de veículos comerciais, autorizada pela Res. SLT 04/2013, art. 1º; (iii) manter a retenção, pela Concessionária de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável para fins de fiscalização dos contratos (Lei 914/2002, artigo 22, V), para compensar parte do reajuste concedido e minimizar o impacto para os usuários; (iv) encaminhar proposta de utilização dos saldos de desequilíbrio favorável ao Estado, também para compensar parte do reajuste tarifário autorizado. Na mesma data, a Diretoria Geral da ARTESP enviou à Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo proposta dos índices de reajuste que deveriam ser utilizados para o reajuste das tarifas, como medida para o reequilíbrio econômico-financeiro em favor do Estado, unilateralmente definido pela ARTESP, relacionados à cobrança dos eixos suspensos de veículos comerciais no período de 28/07/2013 até 31/05/2014. Em 27 de junho de 2014, o Secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo homologou, sem a oitiva das Concessionárias, a proposição da Diretoria Geral da ARTESP, fixando os percentuais de reajuste das tarifas de pedágio que deveriam ser aplicado a partir de 1º de julho de 2014, em percentuais distintos do índice contratual.

Notas Explicativas

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração pretende não fazer a opção pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicável, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de agosto de 2014.

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 424.369, substancialmente composto por debêntures e notas promissórias a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	1.245	2.274
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>47.403</u>	<u>168.952</u>
	<u>48.648</u>	<u>171.226</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,68% do CDI, equivalente a 10,59% ao ano (8,03% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas**7. Contas a receber**

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros	1.526	1.448
Receitas acessórias	624	673
	<u>2.150</u>	<u>2.121</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(164)	(263)
	<u>1.986</u>	<u>1.858</u>

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos a vencer	1.895	1.775
Créditos vencidos até 60 dias	69	73
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	22	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	17	49
Créditos vencidos há mais de 180 dias	147	214
	<u>2.150</u>	<u>2.121</u>

- (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2014 à 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 à 30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 à 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 à 30/06/2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	101.486	209.339	100.077	193.120
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(34.505)	(71.175)	(34.026)	(65.661)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(59)	(95)	(144)	(197)
Despesas indedutíveis	(336)	(375)	(46)	(27)
Incentivo relativo ao imposto de renda	454	590	483	505
Outros ajustes tributários	93	22	41	(120)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(34.353)</u>	<u>(71.033)</u>	<u>(33.692)</u>	<u>(65.500)</u>
Impostos correntes	(34.934)	(71.002)	(32.355)	(64.636)
Impostos diferidos	581	(31)	(1.337)	(864)
	<u>(34.353)</u>	<u>(71.033)</u>	<u>(33.692)</u>	<u>(65.500)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras registradas no custo (a)	26.386	26.226
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	21.995	19.640
Constituição da provisão de manutenção (c)	9.233	10.885
Provisão para participação nos resultados (PLR)	555	723
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.020	766
Custo de transação na emissão de títulos	252	259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56	89
Outros	1.817	1.658
	<u>61.314</u>	<u>60.246</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(89.554)	(88.537)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.016)	(18.121)
Amortização linear do Direito da Concessão gerada nas aquisições de negócios (fiscal) <i>versus</i> amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(13.048)	(13.013)
Outros	(1.822)	(1.670)
	<u>(122.440)</u>	<u>(121.341)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u><u>(61.126)</u></u>	<u><u>(61.095)</u></u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07; e
- (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07.

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>				
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não Circulante	<u>24.728</u>	<u>26.376</u>	<u>109.572</u>	<u>100.219</u>	<u>134.300</u>	<u>126.595</u>

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia pela extensão do prazo de março de 2018 para dezembro de 2022, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:

	<u>01/01/2014 a 30/06/2014</u>			
	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>Receitas</u>	<u>Serviços prestados</u>	<u>Ativo</u> <u>Contas a receber</u>	<u>Passivo</u> <u>Fornecedores</u>
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	5.879	-	920
Coligadas				
CGMP (b)	-	-	45.236	-
Samm (c)	955	-	1.515	-
COR (e)	-	-	-	2
CPC (d)	-	7.625	1	1.193
MSVia (e)	-	-	4	-
Metrô Bahia (e)	-	-	1	4
ViaQuatro (e)	-	-	1	-
Rodoanel Oeste (e)	-	-	38	48
Serveng Cívilsan (f)	-	-	-	1
Total circulante, 30 de junho de 2014			<u>46.734</u>	<u>2.168</u>
Total não circulante, 30 de junho de 2014			<u>62</u>	<u>-</u>
Total, 30 de junho de 2014	<u>955</u>	<u>13.504</u>	<u>46.796</u>	<u>2.168</u>
Total, 31 de dezembro de 2013			<u>47.908</u>	<u>226</u>
Total, 30 de junho de 2013	<u>920</u>	<u>12.241</u>		

Notas Explicativas

	01/04/2014 a 30/06/2014	
	Transações	
	Receitas	Serviços prestados
Controladora		
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	2.940
Coligadas		
Samm (c)	477	-
CPC (d)	-	3.812
Total, 01 de abril a 30 de junho de 2014	<u>477</u>	<u>6.752</u>
Total, 01 de abril a 30 de junho de 2013	<u>459</u>	<u>5.814</u>

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013 (Reapresentado)
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	301	701	435	737
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado (h)	1.436	1.666	857	1.078
Previdência privada	17	36	11	19
Seguro de vida	1	3	2	3
	<u>1.755</u>	<u>2.406</u>	<u>1.305</u>	<u>1.837</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

	30/06/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (g)	1.076	2.088

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à companhia no mês subsequente;
- (c) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e

Notas Explicativas

(h) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	30/06/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
		Móveis e utensílios	11	4.229	(2.348)	1.881	3.615
Máquinas e equipamentos	12	37.351	(22.106)	15.245	36.358	(20.675)	15.683
Veículos	20	14.577	(7.144)	7.433	11.235	(6.594)	4.641
Instalações e edificações	5	2.130	(2.001)	129	2.130	(1.986)	144
Sistemas operacionais	16	81.304	(51.225)	30.079	80.261	(47.456)	32.805
Imobilizado em andamento	-	8.956	-	8.956	7.503	-	7.503
		<u>148.547</u>	<u>(84.824)</u>	<u>63.723</u>	<u>141.102</u>	<u>(78.791)</u>	<u>62.311</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.615	17	(14)	611	4.229
Máquinas e equipamentos	36.358	-	(249)	1.242	37.351
Veículos	11.235	2	-	3.340	14.577
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	80.261	-	(119)	1.162	81.304
Imobilizado em andamento	7.503	7.511	-	(6.058)	8.956
	<u>141.102</u>	<u>7.530</u>	<u>(382)</u>	<u>297</u>	<u>148.547</u>
	<u>31/12/2012</u>				<u>30/06/2013</u>
Movimento em 2013	134.083	3.440	(305)	(132)	137.086

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 351 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 643 no semestre findo em 2013). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2014 foi de 0,75% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,76% a.m. no 1º semestre de 2013.

Movimentação da depreciação

	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.080)	(279)	11	(2.348)
Máquinas e equipamentos	(20.675)	(1.665)	234	(22.106)
Veículos	(6.594)	(550)	-	(7.144)
Instalações e edificações	(1.986)	(15)	-	(2.001)
Sistemas operacionais	(47.456)	(3.872)	103	(51.225)
	<u>(78.791)</u>	<u>(6.381)</u>	<u>348</u>	<u>(84.824)</u>
	<u>31/12/2012</u>			<u>30/06/2013</u>
Movimento em 2013	(67.271)	(6.154)	233	(73.192)

Notas Explicativas

12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	30/06/2014			31/12/2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.277.809	(413.287)	864.522	1.247.077	(378.175)	868.902
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.708	(6.643)	3.065	9.664	(6.090)	3.574
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.352	(1.137)	215	1.352	(1.063)	289
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(95.592)	156.117	251.709	(88.736)	162.973
		<u>1.540.578</u>	<u>(516.659)</u>	<u>1.023.919</u>	<u>1.509.802</u>	<u>(474.064)</u>	<u>1.035.738</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2013	30/06/2014			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.247.077	31.073	(341)	-	1.277.809
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.664	-	44	-	9.708
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	-	1.352
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709
	<u>1.509.802</u>	<u>31.073</u>	<u>(297)</u>	<u>-</u>	<u>1.540.578</u>
	31/12/2012	30/06/2013			
Movimento em 2013	1.478.881	14.006	132	(6.289)	1.486.730

(**) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que foram realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.884 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 538 no semestre findo em 30 de junho de 2013). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2014 foi de 0,71% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,76% a.m. no 1º semestre de 2013.

Movimentação da amortização

	31/12/2013	30/06/2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(378.175)	(35.112)	(413.287)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(6.090)	(553)	(6.643)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.063)	(74)	(1.137)
Direito da concessão - ágio (c)	(88.736)	(6.856)	(95.592)
	<u>(474.064)</u>	<u>(42.595)</u>	<u>(516.659)</u>
	31/12/2012	30/06/2013	
Movimento em 2013	(393.322)	(38.845)	(432.167)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Do montante de R\$ 1.277.909, em 30 de junho de 2014, R\$ 41.767 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e

Notas Explicativas

- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Em moeda nacional	Taxas contratuais	Vencimentos	30/06/2014	31/12/2013
Alfa S.A. (Finame)	7,0% a.a.	Maio de 2015	40	63 (a)
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	362	419 (a)
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	Março de 2014	-	67 (a)
Total geral			<u>402</u>	<u>549</u>
Total circulante			<u>159</u>	<u>228</u>
Total não circulante			<u>243</u>	<u>321</u>

Garantias:

- (a) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2014</u>
2015	58
2016	117
2017	68
	<u>243</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2014, não houve a contratação de novas operações e renegociações.

Notas Explicativas

14. Debêntures e notas promissórias

	Taxas contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	30/06/2014	31/12/2013
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	34	Fevereiro de 2015	44.387	66.451 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	1.404	Mai de 2017	533.166	621.216 (b)
Cetip (Notas promissórias)	104,4% do CDI	0,1629% (a)	325	123	Outubro de 2014	214.665	203.906 (b)
Total geral				<u>1.561</u>		<u>792.218</u>	<u>891.573</u>
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						440.841	431.354
Custo de transação						<u>(928)</u>	<u>(1.268)</u>
						<u>439.913</u>	<u>430.086</u>
Não Circulante							
Debêntures						352.938	462.474
Custo de transação						<u>(633)</u>	<u>(987)</u>
						<u>352.305</u>	<u>461.487</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2014</u>
2015	88.236
2016	176.472
2017	88.230
	<u>352.938</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2014 não houve a contratação de novas operações.

Notas Explicativas

15. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2013	30/06/2014			
	Saldo inicial	Provisão de juros	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	6.515	238	(3.401)	3.401	6.753
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	51.811	1.787	-	(3.401)	50.197
Total	58.326	2.025	(3.401)	-	56.950
	31/12/2012	30/06/2013			
Circulante	6.147	163	(3.194)	3.192	6.308
Não circulante	55.213	1.410	-	(3.192)	53.431
Total	61.360	1.573	(3.194)	-	59.739

Os impostos parcelados, referente à IRPJ, CSLL e INSS, por meio da Lei nº 11.941/09, foram homologados pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	31/12/2013		30/06/2014			
	Saldo inicial	Constituição	Provisão de juros	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	927	44	89	(68)	(19)	973
Trabalhistas e previdenciários	1.326	802	5	(83)	(22)	2.028
	2.253	846	94	(151)	(41)	3.001
	31/12/2012	30/06/2013				
Movimento em 2013	2.338	231	117	-	(24)	2.662

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no semestre findo em 30 de junho de 2014, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 59 e R\$ 190, respectivamente (R\$ 277 e R\$ 92 respectivamente em 2013).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis e administrativos	12.065	11.253
Trabalhistas	1.206	1.294
	<u>13.271</u>	<u>12.547</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 990 para os processos em andamento (R\$ 959 em 31 de dezembro de 2013).

17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	18.648	1.777	803	(13.120)	1.788	9.896
Não circulante	13.367	4.814	865	-	(1.788)	17.258
Total	<u>32.015</u>	<u>6.591</u>	<u>1.668</u>	<u>(13.120)</u>	<u>-</u>	<u>27.154</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>				
Circulante	18.240	1.730	932	(4.126)	9.603	26.379
Não circulante	14.079	3.638	1.054	-	(9.603)	9.168
Total	<u>32.319</u>	<u>5.368</u>	<u>1.986</u>	<u>(4.126)</u>	<u>-</u>	<u>35.547</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio Líquido**a. Dividendos**

Em 28 de março de 2014, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 74.785 correspondentes a R\$ 0,00510 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,00561 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 31 de março de 2014.

Em 30 de junho de 2014, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 69.450 correspondentes a R\$ 0,00473 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,00520 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros de 2013, pagos em 30 de junho de 2014.

Notas Explicativas

b. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Numerador				
Lucro líquido disponível	67.133	138.306	66.385	127.620
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00457	0,00942	0,00452	0,00870
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00503	0,01037	0,00498	0,00957

19. Receitas

	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Receitas de pedágio	219.968	442.243	211.089	413.819
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	22.404	32.091	8.842	13.854
Receitas acessórias	3.205	6.416	2.916	5.644
Receita bruta	<u>245.577</u>	<u>480.750</u>	<u>222.847</u>	<u>433.317</u>
Impostos sobre receitas	(19.316)	(38.815)	(18.538)	(36.299)
Devoluções e abatimentos	-	-	192	199
Deduções da receita bruta	<u>(19.316)</u>	<u>(38.815)</u>	<u>(18.346)</u>	<u>(36.100)</u>
Receita líquida	<u><u>226.261</u></u>	<u><u>441.935</u></u>	<u><u>204.501</u></u>	<u><u>397.217</u></u>

20. Resultado financeiro

	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil	(22.219)	(44.928)	(16.269)	(31.560)
Juros sobre impostos parcelados	(1.004)	(2.025)	(804)	(1.573)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(761)	(1.668)	(954)	(1.986)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(77)	(325)	(129)	(1.395)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.313	2.235	649	1.181
	<u>(22.748)</u>	<u>(46.711)</u>	<u>(17.507)</u>	<u>(35.333)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.936	7.090	1.294	1.939
Juros e outras receitas financeiras	687	1.323	115	208
	<u>3.623</u>	<u>8.413</u>	<u>1.409</u>	<u>2.147</u>
Resultado financeiro	<u>(19.125)</u>	<u>(38.298)</u>	<u>(16.098)</u>	<u>(33.186)</u>

Notas Explicativas

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	47.403	-	-	168.952	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	112	-	-	109	-	-
Contas a receber	-	1.986	-	-	1.858	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	46.796	-	-	47.908	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(67)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(402)	-	-	(482)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	-	(792.218)	-	-	(891.573)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(27.814)	-	-	(21.648)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.168)	-	-	(226)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Total	47.515	48.782	(824.326)	169.061	49.766	(915.720)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo, em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Debêntures e notas promissórias - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures e nota promissória	793.779	800.868	893.828	903.969

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 47.403 em 30 de junho de 2014 (R\$ 168.952 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2015 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽²⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	44.421	(3.421)	(4.262)	(5.097)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	534.570	(63.059)	(78.910)	(94.793)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Outubro de 2014	214.788	(6.487)	(8.038)	(9.563)
Total do efeito de perda				<u>(72.967)</u>	<u>(91.210)</u>	<u>(109.453)</u>
As taxas de juros consideradas foram:						
CDI ⁽¹⁾				10,80%	13,50%	16,20%

(1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 30/06/2014 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo.

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2014, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

22. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 55.000;

Notas Explicativas

- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 36.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 27.427;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 60.000;
- Perda de receita – R\$ 80.615; e
- Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 52.000 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais; R\$ 10.400 (R\$ 100 por veículos).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 204.397, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

23. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 112 em 30 de junho de 2014 (R\$ 109 em 31 de dezembro de 2013), para garantia de realização de compensação ambiental.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Outorga fixa a pagar	204.483	232.367	186.855	204.785

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho de 2014, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2014	27.884	27.491
2015	55.768	53.010
2016	55.768	50.485
2017	55.768	48.081
2018	9.295	7.788
Total	<u>204.483</u>	<u>186.855</u>

Notas Explicativas

No decorrer do 1º semestre de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 27.884 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 5.732 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita bruta.

O saldo de outorga variável a pagar em 30 de junho de 2014 era de R\$ 1.054 (R\$ 1.147 em 31 de dezembro de 2013).

No decorrer do semestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 6.827, referente ao direito de outorga variável (R\$ 12.594 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de junho de 2014 esses compromissos totalizavam R\$ 474.601 (R\$ 488.746 em 31 de dezembro de 2013) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

d. Obras a executar

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	3.116	5.774

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

25. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2014 e 2013, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	90	177	25	101

Notas Explicativas

26. Demonstração de fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2014:

	<u>30/06/2014</u>
Fornecedores	<u>(10.136)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(10.136)</u>
Adições ao ativo intangível	<u>10.136</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>10.136</u>

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigues de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

João Rafael Belo de Araújo Filho

Audidores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014.

Barueri, 06 de agosto de 2014.

Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Sr. Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014.

Barueri, 06 de agosto de 2014.

Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Sr. Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura

Diretor